

RECURSO ESPECIAL Nº 1.813.844 - AL (2019/0138904-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RODRIGO RAIMUNDO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

RODRIGO RAIMUNDO DA SILVA interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** na Apelação n. 0096504-59.2008.8.02.0001.

Nas razões do especial, o recorrente apontou violação do **art. 59 do Código Penal**, ao argumento de que a valoração negativa das consequências do crime foi fundamentada em argumentos inidôneos. Assevera, em síntese, que a idade da vítima não diz respeito "aos resultados extratípicos gerados pela ação delituosa" (fl. 675) e, portanto, não poderia ensejar o aumento da pena-base.

Requer a redução da reprimenda pela exclusão a análise desfavorável dessa circunstância judicial.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso (fls. 707-713).

Decido.

I. Admissibilidade

O recurso especial suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), motivo por que avanço na análise de mérito da controvérsia.

II. Contextualização

O Conselho de Sentença condenou o recorrente pelo crime do **art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal**. O Juiz Presidente do Tribunal do Júri fixou a pena-base em 21 anos, pelo sopeso negativo da

culpabilidade do agente, das circunstâncias e das consequências do crime. Na segunda fase da dosimetria, a qualificadora remanescente foi valorada como agravante e, por isso, a pena foi acrescida em 1/6, o que resultou na sanção definitiva de **24 anos e 6 meses de reclusão**, ante a inexistência de outras moduladoras.

O Tribunal *a quo*, por sua vez, manteve a análise negativa das circunstâncias judiciais e legais, todavia considerou o aumento na primeira etapa desproporcional. A reprimenda foi, então, redimensionada para **22 anos, 5 meses e 15 dias de reclusão**.

Nesta interposição, a defesa se insurge contra o juízo negativo sobre as consequências do delito e pleiteia a redução da pena-base.

III. Violação do art. 59 do Código Penal

A fixação da pena é regulada por princípios e regras constitucionais e legais previstos, respectivamente, nos arts. 5º, XLVI, da Constituição Federal, 59 do Código Penal e 387 do Código de Processo Penal.

Todos esses dispositivos remetem o aplicador do direito à individualização da medida concreta para que, então, seja eleito o *quantum* de sanção a ser aplicada ao condenado criminalmente, com vistas à prevenção e à reprovação do delito perpetrado.

Assim, para obter-se uma aplicação justa da lei penal, o julgador, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, há de atentar para as singularidades do caso concreto, e deve, na primeira etapa do procedimento trifásico, guiar-se pelas oito circunstâncias relacionadas no *caput* do art. 59 do Código Penal. São elas: a culpabilidade; os antecedentes; a conduta social; a personalidade do agente; os motivos; as circunstâncias e as **consequências do crime** e o comportamento da vítima.

Na hipótese, o Magistrado de primeiro grau entendeu que o delito teve consequências especialmente gravosas pelo seguintes motivos (fls. 566-567, grifei):

No caso em epígrafe, entendo que as consequências são reprováveis, posto que **o acusado, com o cometimento do delito, matou uma vítima ainda adolescente, com apenas**

14 (catorze) anos de idade e sem condenações no juízo da infância e juventude, provocando intenso sofrimento à mãe do adolescente, a qual restou privada da convivência do filho tão prematuramente, de modo que a circunstância deve ser valorada negativamente.

A Corte estadual manteve esse entendimento, conforme se vê (fls. 660-662, destaquei):

As consequências do crime permanecem em prejuízo do recorrente, pois não restam dúvidas que **o fato de a vítima ter 14 anos na época do fato extrapola os limites impostos no tipo penal**, nos termos do que já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

[...]

3. A consideração negativa das consequências do crime se deu em razão da idade das vítimas, o que se mostra legítimo. Isto porque, embora as mortes das vítimas sejam elementares do tipo, quando as consequências extrapolam as normais do crime - como in casu, em que duas das três vítimas eram adolescentes, com 16 e 18 anos de idade -, podem ser consideradas negativamente para aumentar a pena -base.

[...]

(AgRg no REsp 1707982/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 27/04/2018)

Verifico que o Juízo de segunda instância mencionou precedente da **Quinta Turma** deste Tribunal Superior a fim de justificar o aumento da sanção, na análise das consequências do crime, pela idade do ofendido.

No entanto, o posicionamento atual da **Sexta Turma** desta Corte é pela **inadmissibilidade, em regra, do aumento da reprimenda, na primeira fase da dosimetria, unicamente pela juventude da vítima**, porquanto trata-se de elemento inerente ao tipo descrito no art. 121 do Código Penal.

Confira-se:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL.
HOMICÍDIO. EXCLUSÃO DA QUALIFICADORA.

REEXAME DE PROVAS.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. IDADE DA VÍTIMA. ELEMENTO INERENTE AO TIPO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O acolhimento da tese recursal de afastamento da qualificadora do art. 121, § 2º, inciso IV, do CP, implicaria o necessário reexame do contexto fático probatório, o que não se admite na via do recurso especial, tendo em vista o óbice da Súmula n. 7 desta Corte.

2. Entende esta Corte que, em regra, a idade da vítima (17 anos) não autoriza o desvalor atribuído às consequências do delito de homicídio consumado, por ser inerente ao delito. Precedentes.

3. Agravo regimental parcialmente provido para afastar a negatização das consequências do delito e reduzir a sanção para 13 anos e 3 meses de reclusão.

(AgRg no REsp n. 1695315/PA, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 11/5/2018, grifei)

[...]

4. "Ceifar a vida de uma jovem" não é fundamentação idônea para exasperação da pena-base pela análise desfavorável das consequências do crime, por constituir elementar do tipo penal pelo qual o ora recorrente se vê processado.

[...]

6. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.655.579/PA, Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 6/4/2017)

Dessa forma, deve ser aplicado ao caso o entendimento desse último órgão colegiado – o qual integro – e, consequentemente, **afastada a valoração negativa das consequências do delito** e readequada a reprimenda.

Passo, pois, à nova dosimetria.

A **pena-base** foi exasperada em 7 anos e 3 meses, por serem desfavoráveis ao réu três circunstâncias judiciais. Não foi especificado, todavia, o *quantum* aumentado em cada uma delas, motivo pelo qual presume-se que **a reprimenda foi exasperada em 2 anos e 5 meses por vetor sopesado negativamente**. Assim, afastada a análise prejudicial das consequências do delito, diminuo a sanção básica para **16**

anos e 10 de reclusão.

Na **segunda fase** da dosimetria, *as instâncias ordinárias* elevaram a pena em 1/6 , pela agravante do art. 61, II, "a", do CP. Portanto, ao proceder do mesmo modo, a pena resulta em **19 anos, 7 meses e 20 dias de reclusão, a qual torno definitiva**, pela inexistência de atenuantes, causas de aumento ou de diminuição.

IV. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "c", parte final, do RISTJ, **dou provimento ao recurso especial**, para redimensionar a sanção do recorrente para 19 anos, 7 meses e 20 dias de reclusão.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator